

**SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR AMADEUS - SESA
FACULDADE AMADEUS - FAMA
CURSO DE PEDAGOGIA**

GERALDINA COSTA DOS SANTOS

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

**Aracaju – SE
2014**

GERALDINA COSTA DOS SANTOS

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

Artigo científico apresentado à Faculdade Amadeus como trabalho de conclusão de curso e requisito básico para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia

Orientador: Prof. MsC Priscila Randow

GERALDINA COSTA DOS SANTOS

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

Artigo científico apresentado à Faculdade Amadeus como trabalho de conclusão de curso e requisito básico para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Priscila Christina Borges Dias Randow

Josenita Costa de Souza

Aprovado (a) com média: _____

Aracaju (SE), 22 de novembro de 2014.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

*Geraldina Costa dos Santos¹

RESUMO

Como ocorre a Educação de Jovens e Adultos no Brasil? O que leva um jovem a procura a EJA? O que leva um jovem a evadir-se da sala de aula? A partir destes questionamentos, a pesquisa se delineou tendo por objetivo, analisar dentro do contexto sociocultural os motivos que levaram as pessoas a procurar, e também a evadirem-se das salas de aula da educação de jovens e adultos (EJA). Os objetivos específicos foram: aprofundar o conhecimento sobre a modalidade de ensino da EJA; traçar um perfil sociocultural das pessoas que procuraram a EJA; refletir sobre as práticas educativas e pedagógicas no ensino da EJA. O estudo foi com objetivo exploratório através da pesquisa bibliográfica. Por meio de pesquisas recentes, detectaram que os problemas da educação de jovens adultos (EJA) não eram somente do poder público, mas sim de um conjunto como um todo, como governo, escola, sociedade e também da família. A sociedade precisou fazer a sua parte, cobrando das autoridades públicas: profissionais competentes para essa modalidade de ensino; formação continuada para esses professores; segurança pública, saúde, moradia digna para sua família e principalmente educação pública para seus filhos, para que esses jovens tivessem direito a escola e recuperassem o direito que lhes foram negados por motivos variados, como as drogas, gravidez na adolescência, o uso do álcool e a extrema pobreza, que é também um dos maiores motivos da evasão escolar, e assim possam adquirir sua dignidade e exercer sua cidadania, como um cidadão que lhe é de direito.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Contexto Sociocultural; Práticas educativas.

ABSTRACT

How does adult and youth education in Brazil? What leads a young man searches for the EJA? What leads a young man escape from the classroom? From these questions, the research outlined in goal, analyze within the socio-cultural context the reasons which prompted people to look, and also to evade the classrooms of adult and youth education (EJA). The specific objectives were: to deepen knowledge about teaching mode of adult and youth education; draw a socio-cultural profile of people who sought the EJA; reflect on the educational and pedagogical practices in teaching of adult and youth education. The study was aiming through exploratory bibliographical research. Through recent research, found that the problems of young adult education (EJA) were not only of the Government, but rather of a set as a whole, as Government, school, society and family, too. The society had to do its part

¹ Graduanda em Pedagogia pela Faculdade Amadeus. E-mail: geu38@hotmail.com.

by charging the public authorities: competent professionals for this modality of education; continuing training for those teachers; public safety, health, decent housing for your family and especially public education for their children, so that these young people had a right to school and recover the right to which they were denied for various reasons, such as drugs, teenage pregnancy, alcohol use and extreme poverty, which is also one of the biggest reasons for truancy, and so can acquire dignity and exercise their citizenship as a citizen as of right.

Keywords: Adult and Youth Education; Socio-Cultural Context; Educational Practices.

1 INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema “educação de jovens adultos” surgiu a partir do meu ingresso na Faculdade Amadeus, com uma idade diferente da maioria dos alunos que estavam cursando no tempo regular. Foi um grande desafio ser aceita pelos colegas de classe, já que a idade e o preconceito eram empecilhos para a interação. Diante disso perdi a motivação, chegando muitas vezes pensar em desistir. Mas o desejo de concluir o curso me fez superar os desafios e durante o curso consegui mostrar minha capacidade cognitiva e experiência, o que ajudou a mudar a percepção dos meus colegas de classe, fazendo-os me valorizar, respeitando e aceitando como integrante do grupo.

Diante de tais desafios, refleti muito sobre meu papel na sociedade e a importância de nos conhecermos melhor, para podermos ter mais confiança em nós mesmos. Segundo Chauí (2003, p. 41): “reflexão é a volta que o pensamento faz sobre si mesmo para conhecer-se; é a consciência conhecendo-se a si mesma como capacidade para conhecer as coisas, alcançando o conceito ou a essência delas”.

A partir dessas vivências, pretendi conhecer, analisar e refletir sobre essa modalidade de ensino por meio das questões de pesquisa: Como ocorre a Educação de Jovens e Adultos no Brasil? O que leva um jovem a procura a EJA? O que leva um jovem a evadir-se da sala de aula? Com isso pude traçar o objetivo geral: analisar dentro do contexto sociocultural os motivos que levam as pessoas a procura, e também a evasão na educação de jovens e adultos (EJA). E os objetivos específicos: aprofundar o conhecimento sobre a modalidade de ensino da EJA; traçar um perfil sociocultural das pessoas que procuraram a EJA; e refletir sobre as práticas educativas e pedagógicas no ensino da EJA.

A pesquisa realizada foi de abordagem qualitativa e com objetivo exploratório, através de um embasamento teórico com pesquisas bibliográficas qualitativas e quantitativas em livros, revistas e sites. A análise dos dados foi realizada a partir de uma leitura inicial da literatura encontrada e posteriormente uma discussão crítica acerca do tema, de modo que seja delineada a construção do trabalho com os objetivos propostos para a temática.

Por meio de pesquisas recentes, se detectaram que os problemas da educação de jovens adultos (EJA) não são somente do poder público, mas sim de um conjunto como um todo, como governo, escola, sociedade e também da família. A família que tem um grande papel na educação de seus filhos é o alicerce para a vida de qualquer cidadão viver em sociedade e, nos últimos tempos tem transferido esse papel para a escola.

Os maiores desafios da educação de jovens e adultos (EJA) são a falta de boas políticas públicas, onde se criaram cursos profissionalizantes para que essa clientela de alunos sentisse o desejo de estarem na escola; a formação de professores específicos para essa área e a oferta de transporte para melhor acesso, refeições para os jovens, material didático, bibliotecas, salas de vídeos, e laboratórios de informática. Essas medidas foram necessárias, para que se pudesse evitar a evasão desses jovens da sala de aula.

Quanto às instituições, formarem o seu projeto político pedagógico com a participação da comunidade escolar, família, professores e demais funcionários, para que eles opinassem quanto aos desejos e necessidades do meio em que estão inseridos, para não fugirem da realidade daqueles jovens em sua cultura, religião e poder econômico.

Porém, a sociedade precisou fazer a sua parte cobrando das autoridades públicas os seus direitos, como segurança pública, saúde, moradia digna para sua família e principalmente educação pública para seus filhos, para que esses jovens tivessem direito a escola e recuperassem o direito que lhes foram negados por motivos variados, como as drogas, gravidez na adolescência, o uso do álcool e a extrema pobreza, que foi também um dos maiores motivos da evasão escolar.

Segundo a LDB 9394/96 no seu artigo 37 diz, a educação de jovens e adultos será destinada aqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudar no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistema de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e os adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular,

oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do aluno, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames (BRANDÃO, 2005).

Porém, nem sempre é dado aos jovens e adultos incentivos e/ou condições para que voltem a estudar, ficando deste modo, marginalizados perante a sociedade e sem perspectivas de futuro.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O histórico da modalidade de Ensino de Jovens e Adultos no Brasil

Antes de iniciar o estudo sobre a Educação de Jovens e Adultos no Brasil é preciso conhecer um pouco da história dessa modalidade de ensino.

Segundo Paulo Freire (1979) em seu livro Educação e Mudança, os termos Educação de Adultos e Educação não formal referem-se à mesma área disciplinar, teórica e prática da educação, porém com finalidades diferentes.

Freire continua dizendo que nos anos 40, a Educação de Adultos era entendida como uma extensão da escola formal, principalmente para a zona rural. Já na década de 50, a Educação de Adultos era entendida como uma educação de base, com desenvolvimento comunitário. Com isso, surgem, no final dos anos 50, duas tendências significativas na Educação de Adultos: educação libertadora pontificada por Paulo Freire e a Educação de Adultos entendida como educação funcional.

De acordo com Paulo Freire (2005), na educação libertadora os homens se libertam em comunhão, ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho. Eles se organizaram por sua libertação quando começaram a acreditar que seriam capazes de viver sem o opressor. O diálogo libertador precisava ser feito com os oprimidos, pretendendo a libertação deles, sem a sua reflexão e sem transformá-los em objetos. Eles precisam reconhecer-se como homens na sua vontade de ser mais. A reflexão se impõe quando não se pretende enganosamente dividir o conteúdo da forma histórica de ser do homem. Estamos convencidos que a reflexão conduz a prática, por outro lado o saber da ação se faz objeto da reflexão crítica, portanto, a ação e reflexão não devem ser separados. Para isto é preciso que criemos nos homens oprimidos, e vejamos como capazes de pensar certo também. Se deixarmos

de crer no diálogo da reflexão da comunicação, cairemos nos comunicados, nos depósitos, no dirigismo. A libertação dos oprimidos é a libertação de homens e não de “coisas”. Por isto, se não é autolibertação – ninguém se liberta sozinho -, também não é libertação de um feito por outros.

Soares (2002) diz que na década de 70, essas duas correntes continuaram a ser entendidas como Educação não formal e como suplência da mesma. A lei 5.379/67 cria uma fundação denominada sistema MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), com o objetivo de acabar com o analfabetismo no Brasil e propiciar a educação continuada de adolescentes e adultos.

Soares (2002) continua dizendo que a Lei nº 5.692/71 atribui um capítulo para o ensino supletivo e recomenda aos Estados atender jovens e adultos que não tinham concluído na idade certa. Essa lei foi aprovada em 11 de agosto de 1971 e veio substituir a Lei nº 4.024/61, reformulando o ensino de 1º e 2º graus. A lei de reforma nº 5.692/71 foi elaborada em um prazo de 60 dias, por nove membros indicados pelo então Ministro da Educação Coronel Jarbas Passarinho.

O Parecer nº 699/72, do conselheiro Valnir Chagas, estabeleceu a doutrina para o ensino supletivo. Os exames supletivos passaram a ser organizados de forma centralizada pelos governos estaduais. Os cursos, por outro lado, passaram a ser organizados e regulamentados ao ensino supletivo, facilitando sua compreensão e orientando sua execução (SOARES, 2002).

A estrutura de Ensino Supletivo, após a LDB de 1971, seguiu a legislação de procurar suprir a escolarização regular daqueles que não tiveram oportunidade anteriormente na idade própria. As formas iniciais de atendimento a essa prerrogativa foram os exames e os cursos que passou ao controle do Estado e foi redefinido, e se transformou em Exames Supletivos. A novidade trazida pelo Parecer nº 699/72 estava em implantar cursos que dessem outro tratamento ao atendimento da população que se encontrava fora da escola, a partir da utilização de novas metodologias (SOARES, 2002).

A Lei nº 5692/71 concedeu flexibilidade e autonomia aos Conselhos Estaduais de Educação para normatizarem o tipo de oferta de cursos supletivos nos respectivos Estados, o departamento de Ensino Supletivo (DESU) em reconhecimento à importância crescente que essa modalidade de ensino vinha assumindo (SOARES, 2002).

De acordo com Soares (2002), durante o período entre 1964 e 1985, foi revelado que o Estado procurava introduzir a utilização de tecnologias como meio de solução para os problemas da Educação.

Ventura (2014) diz que novas teorias educacionais estiveram presentes na década de 1980, contrapondo-se à Teoria do Capital Humano e buscando superar a linearidade da relação entre trabalho e educação que vinha perpassando as iniciativas educacionais da classe trabalhadora, delineando novos rumos para esta. Nesse horizonte, sob a ótica marxista de abordagem dos fenômenos educacionais, apontando o trabalho como categoria central, e na perspectiva de uma escola unitária, surgem propostas, como a da teoria histórico-crítica e da educação politécnica. Pode-se afirmar que, de uma forma geral, buscava-se uma educação voltada para a formação do cidadão crítico numa perspectiva unilateral: expressava-se a luta contra hegemônica no debate educacional e a influência do pensamento progressista, não tanto no âmbito da prática educativa, mas, principalmente, no campo das discussões teóricas, ao longo da década de 1980.

De acordo Silva (2009), o Mobral foi extinto em 1985, surgindo desta forma a Fundação Educar, que desempenhou um papel relevante na atuação do Ministério da Educação junto as Prefeituras municipais e organizacionais da sociedade civil, com destaque nos movimentos sociais e populares. Mudanças significativas foram perceptíveis na condução da formação do educador e na concepção político-pedagógico do processo de ensino-aprendizagem. O período foi marcado pelos conflitos entre Estado e Movimentos Sociais originários pelo atraso no repasse dos recursos e na defesa da autonomia dos movimentos na condução dos processos pedagógicos (FARIAS, 2006 *apud* SILVA, 2009).

No ano de 1990, sendo este ano Internacional da Alfabetização, aconteceu o contrário, ao invés do Governo de Fernando Collor de Mello dar prioridade a Educação, simplesmente aboliu a Fundação Educar, sendo que não criou nenhuma outra instância que assumisse suas funções. Desta forma, a partir deste ano o Governo ausenta-se como articulador e indutor de uma política de alfabetização de jovens e adultos no Brasil.

As mudanças implementadas a partir do período Collor começam a apontar para uma redefinição de responsabilidades no que se refere às políticas educacionais no âmbito da estrutura estatal.

Nos anos 1990, tendo como lógica que à escola cabe o "desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva" (Art. 39), a nova LDB (Lei nº 9.394/96) reservou um espaço privilegiado para a educação profissional, considerada como um fator estratégico de competitividade e desenvolvimento humano na nova ordem econômica mundial.

No que tange à EJA, pode-se dizer que também ela teve um lugar de destaque, sendo contemplada com um capítulo próprio na nova lei, cujo conteúdo, entretanto, sofreu um claro retrocesso em relação à Constituição de 1988, principalmente pelo fato de referir-se à EJA como "cursos e exames supletivos" (Art. 38), retornando à concepção de educação compensatória.

No âmbito da EJA, Haddad (1998) *apud* Ventura (2014), também considera que nos anos de 1990, em particular no começo do governo Collor, o ponto de inflexão começou a se delinear: utilizando um discurso que valorizava o combate ao analfabetismo, em resposta ao Ano Internacional da Alfabetização, convocado pela UNESCO, foi criado o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC), presidido pelo Senador João Calmon, caracterizado por sua grande divulgação pelos meios de comunicação e por seu caráter, tido como demagógico. Na prática, as comissões criadas tiveram pouco ou nenhum controle efetivo sobre os projetos apoiados e os recursos distribuídos.

De modo geral, podemos afirmar que coexistem nessa época duas concepções distintas de educação: uma que concebia a educação como formadora da consciência nacional e instrumentalizadora de transformações político-sociais profundas na sociedade brasileira; e outra que a entendia como preparadora de recursos humanos para as tarefas da industrialização, modernização da agropecuária e ampliação dos serviços.

A primeira concepção distinguia-se qualitativamente da segunda pelo avanço que representou em termos da compreensão do problema colocado pelo projeto de desenvolvimento apregoado, projeto que não contava com a unanimidade do governo, já que dentro do próprio MEC havia a inquietação com uma abordagem puramente técnica da questão. De qualquer forma, estas inquietações ganharam corpo dentro do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), e se aprofundaram nos movimentos populares.

A compreensão da conjuntura sociopolítica da época ajuda-nos a perceber os conflitos de então.

Por último, em 2002, na gestão do governo de Luís Inácio Lula da Silva, foi criado o Programa Brasil Alfabetizado e das Ações de continuidade da EJA. No governo de Dilma Rousseff, esse programa deu continuidade.

Nesse contexto, são significativos os movimentos realizados pela sociedade, em parceria ou não com o Estado, na organização e execução de experiências educativas de alfabetização e conscientização. Superando a rigidez e o formalismo da instituição escolar, configuram-se amplamente no período (início da década de 1960) as iniciativas que virão a ser denominadas como educação popular.

2.2 Perfil sociocultural das pessoas que procuram a EJA

É preciso que a sociedade compreenda que alunos de Educação de Jovens e Adultos vivenciam problemas sociais muito complexos e eles vem geralmente de camada sociais médias e baixas. E são vários os motivos que os levam a não continuarem os estudos na idade certa: (a) A extrema pobreza, um dos grandes vilões que ocasiona a desistência na idade certa, e conseqüentemente esses jovens voltam a procurarem as salas de aula já na adolescência e na idade adulta; (b) As drogas ultimamente é um dos grandes fatores que estão retirando os jovens do ensino regulamentar e trazendo posteriormente para sala de jovens e adultos; (c) A gravidez na adolescência também tem a sua parcela nesse perfil de alunos da EJA; (d) A violência doméstica também tem sido um grande fator, entre outros. Eles voltam a procurar as salas de aula da Educação de Jovens e Adultos (EJA) por sentirem a necessidade e a dificuldade de serem inseridos no mercado de trabalho.

Este aspecto é compartilhado por Levisky (1998) *apud* Arpini *et. al.* (2010), quando diz que os próprios pais se veem totalmente fragilizados e desqualificados em relação à sociedade, o que leva os jovens a buscar, fora do universo familiar, possíveis identificações, muitas delas fortemente ligadas ao universo das drogas, conforme apontam Zaluar (1994) e também Diógenes (1998).

Segundo Pasa (2011), a qualidade dos relacionamentos no ambiente escolar é um fator associado ao uso ou não uso de drogas. Mau relacionamento com os professores poderia indicar predisposição ao uso. Por outro lado, bons

relacionamentos na escola principalmente quando a criança e/ou adolescente depositam confiança nos educadores e pares, participa de grupos de trabalhos, de atividades culturais e, principalmente, quando é valorizado passam a proteger os alunos ao não uso de drogas (GARCÍA; FERRIANI, 2008; GONÇALVES, 2008 *apud* Pasa, 2011). Mesmo enfatizando a importância da escola na vida dos jovens há que se considerar que a responsabilidade pela educação não é exclusividade da escola, mas deve ser partilhada com a família (GARCÍA; FERRIANI, 2008; OLIVEIRA *et. al.*, 2009 *apud* Pasa, 2011).

Infelizmente, muitos pais acabam transferindo suas responsabilidades para a escola e esta, por sua vez, acaba desvalorizando os pais. Assim sendo, a família espera que a escola eduque seus filhos e a escola, de sua parte, espera que as famílias cuidem de seus alunos.

Considerando a prevenção ao uso de drogas, numa perspectiva de educação e cuidado, a parceria entre pais e escola faz-se indubitavelmente necessária (ABRAMOVAY; CASTRO, 2005; SCHENKE; MINAYO, 2005 *apud* Pasa, 2011).

Assis e Constantino (2001) *apud* Pasa (2011) ressalta que, a questão das drogas é um problema social e multifatorial e, em detrimento disso, não deve ser tratada de forma isolada, individualizada, antes, porém, considerada a partir de uma compreensão ampla do contexto no qual se insere e dos elementos que o constituem. Assim sendo, para quem atua direta ou indiretamente na atenção às crianças e adolescentes que usam drogas é de fundamental importância determinar quais os fatores relevantes para promover seu crescimento saudável, tendo como base o conhecimento técnico e experiencial (NOTO; MOREIRA, 2006 *apud* Pasa, 2011). Além disso, objetiva-se promover os elementos positivos que levam um indivíduo a enfrentar e superar as adversidades.

A partir de uma visão otimista, acredita-se que é possível, por meio de ações, promover o bem-estar e qualidade de vida do jovem, atuando no desenvolvimento de habilidades pessoais e sociais (ASSIS, 1999).

Do ponto de vista da prevenção e do desenvolvimento de estratégias para este fim, vale retomar que: o consumo tende a aumentar com a idade o que justifica a necessidade de Para isso, torna-se necessário olhar para esse sujeito da rua, como apontam Lemos e Giugliani (2002, p. 22):

a possibilidade, o desejo, a necessidade de olhar a rua, se multiplica pelo país a partir de inúmeras experiências. Muitas foram além das

contagens e mapeamentos conseguiram enxergar um sujeito, complexo, sofrido, mutilado em seus projetos, em seus direitos, em sua condição humana.

De acordo Lay-Ang (2014), adolescência e gravidez, quando ocorrem juntas, podem acarretar sérias consequências para todos os familiares, mas principalmente para os adolescentes envolvidos, pois envolvem crises e conflitos. O que acontece é que esses jovens não estão preparados emocionalmente e nem mesmo financeiramente para assumir tamanha responsabilidade, fazendo com que muitos adolescentes saiam de casa, cometam abortos, deixem os estudos ou abandonem as crianças sem saber o que fazer ou fugindo da própria realidade.

O início da atividade sexual está relacionado ao contexto familiar, adolescentes que iniciam a vida sexual precocemente e engravidam, na maioria das vezes, tem o mesmo histórico dos pais. A queda dos comportamentos conservadores, a liberdade idealizada, o hábito de “ficar” em encontros eventuais, a não utilização de métodos contraceptivos, embora haja distribuição gratuita pelos órgãos de saúde públicos, seja por desconhecimento ou por tentativa de esconder dos pais a vida sexual ativa, fazem com que a cada dia a atividade sexual infantil e juvenil cresça e conseqüentemente haja um aumento do número de gravidez na adolescência.

A gravidez precoce pode estar relacionada com diferentes fatores, desde estrutura familiar, formação psicológica e baixa autoestima. Por isso, o apoio da família é tão importante, pois a família é a base que poderá proporcionar compreensão, diálogo, segurança, afeto e auxílio para que tanto os adolescentes envolvidos quanto a criança que foi gerada se desenvolvam saudavelmente. Com o apoio da família, aborto e dificuldades de amamentação têm seus riscos diminuídos. Alterações na gestação envolvem diferentes alterações no organismo da jovem grávida e sintomas como depressão e humor podem piorar ou melhorar.

Para muitos destes jovens, de acordo com Lay-Ang (2014), não há perspectiva no futuro, não há planos de vida. Somado a isso, a falta de orientação sexual e de informações pertinentes, a mídia que passa aos jovens a intenção de sensualidade, libido, beleza e liberdade sexual, além da comum fase de fazer tudo por impulso, sem pensar nas consequências, aumenta ainda mais a incidência de gestação juvenil.

É muito importante que a adolescente faça o pré-natal para que possa compreender melhor o que está acontecendo com seu corpo, seu bebê, prevenir doenças e poder conversar abertamente com um profissional, sanando as dúvidas que atordoam e angustiam essas jovens.-.

A evasão escolar é um assunto muito discutido e abrange a maioria das escolas brasileiras. O motivo pelo qual as discussões se acentuam tendo como foco central do debate o papel tanto da família, quanto da escola em relação a vida escolar da criança e adolescente, muito embora vários estudos tenham apontado aspectos sociais considerados como determinantes da evasão escolar, dentre eles a desestruturação família, a extrema pobreza as políticas de governo, o desemprego e desnutrição.

O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País, que pode ser usado para comprar alimentos ou qualquer outra despesa, importante para o desenvolvimento da família. Incentiva a educação das crianças e adolescentes do programa e melhoria da saúde das crianças, das mulheres grávidas e mães que estão amamentando. Esses mesmos beneficiários também são atendidos por outros programas e políticas sociais do Governo Federal como: tarifa social de energia elétrica; cursos de alfabetização, de educação de jovens e adultos e de qualificação profissional; de ações de geração de trabalho e renda e de melhoria das condições de moradia; além de isenção de taxas de concursos públicos federais (BOLSA FAMÍLIA..., 2012).

De acordo com MDS (2010, p. 6), “o Programa Bolsa Família veio com o objetivo de inserir e reforçar a permanência das crianças e adolescentes na escola. Essa estratégia adotada pelo programa é uma forma de combater a evasão escolar.” A intenção do PBF não é punir as famílias e sim tirar as crianças e adolescentes da rua, também promover outras ações com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das famílias beneficiárias. Muitas entidades da sua comunidade e dos governos do seu município e do seu estado oferecem ações voltadas para o aumento da escolaridade, qualificação profissional, geração de trabalho e renda e melhoria das condições de moradia.

Contextualizando a discussão da responsabilidade do Estado e da Família com os artigos 226 e 227 da Constituição Federal, podemos verificar:

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 8º. O Estado assegurará a assistência à família, na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Esses aspectos também foram apontados por Assis (1999) e Rizzini (2003) em trabalhos de pesquisa.

Por ter idade e vivências profissionais, históricos escolares, e ritmos de aprendizagem e estruturas de pensamentos muito diferentes, estes jovens e adultos podem ser uma riqueza na contribuição para educação. É importante para o sucesso da aprendizagem do aluno adulto essa troca de experiência trazida a partir de suas vivências do meio no qual estão inseridos. São pessoas que vivem no mundo do trabalho, capitalismo, com responsabilidades sociais e familiares, com valores éticos e morais formados a partir da experiência, do ambiente e da realidade cultural em que vivem e nada disso é relevado no processo educacional.

Ao voltarem às salas de aula, eles enfrentam várias dificuldades, como preconceito, vergonha, discriminação, críticas, e sentem-se fragilizados, alguns respondem essa fragilidade em forma de rebeldia ou com timidez, e inferiorizados, por uma sociedade preconceituosa e os descasos das autoridades na valorização e empenho para mudar o quadro nessa modalidade de ensino.

Se toda educação exige uma deferência pelos interlocutores mestres e alunos, quando esses interlocutores são jovens e adultos carregados de tensas vivências, essa deferência deverá ter um significado educativo especial (ARROYO, 2006, p. 35).

2.3 O Analfabetismo funcional

Segundo a UNESCO *apud* Prieto (2006), analfabeto funcional é toda pessoa que sabe escrever seu próprio nome, sabe lê e escreve frases simples, fazer cálculos básicos, porém é incapaz de interpretar o que lê e de usar a leitura e a escrita em atividades cotidianas, impossibilitando seu desenvolvimento pessoal e profissional. No Brasil, o índice de analfabetismo funcional é medido entre as pessoas com mais de 20 anos que não completaram quatro anos de estudo formais.

O Educa Brasil no período entre 2001-2012 diz que o conceito de analfabetismo funcional foi criado na década de 30, nos Estados Unidos, e posteriormente passou a ser utilizado pela UNESCO para se referir às pessoas que, apesar de saberem ler e escrever formalmente, por exemplo, não conseguem compor e redigir corretamente uma pequena carta solicitando um emprego (MENEZES; SANTOS, 2002).

Segundo a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (2006) *apud* Prieto (2006), mais de 960 milhões de adultos são analfabetos, sendo que mais de um terço dos adultos do mundo não têm acesso ao conhecimento impresso, às novas habilidades e tecnologias, que poderiam melhorar a qualidade de vida e ajudá-los a perceber e adaptar-se às mudanças sociais e culturais.

De acordo com esta declaração, o analfabetismo funcional é um problema significativo em todos os países industrializados e em desenvolvimento. No Brasil, 75% das pessoas entre 15 e 64 anos não conseguem ler, escrever e calcular plenamente. Esse número inclui os 68% considerados analfabetos funcionais e os 7% considerados analfabetos absolutos, sem qualquer habilidade de leitura ou escrita. Apenas um entre quatro brasileiros consegue ler, escrever e utilizar essas habilidades para continuar aprendendo.

2.4 Práticas educativas e pedagógicas no ensino de Educação de Jovens e Adultos

Há décadas que se buscam práticas adequadas para o aprendizado de jovens adultos. O aprendizado deve ocorrer a partir do desejo desses jovens adultos, com a mediação do educador. Segundo Freire (1979, p. 72), “por essa razão, não acreditamos nas cartilhas que pretendem fazer uma montagem de sinalização gráfica como uma doação e que reduzem o educando mais à condição de objeto de alfabetização do que de sujeito da mesma”.

Ferreyra, (1998) diz que nos anos 70, ou até mesmo antes, o uso da cartilha e metodologias inadequadas na educação de jovens e adultos preocupava os educadores da época e, até os tempos atuais essa prática educativa ainda é preocupante. O que queremos é que tenhamos uma educação que seja um processo através do qual o indivíduo toma sua própria história em suas mãos, a fim de mudar o rumo da mesma. Acreditando no educando, na sua capacidade de

aprender, descobrir, criar soluções, desafiar, enfrentar, propor, escolher e assumir as consequências de sua escolha.

Enquanto continuarmos desacreditando na capacidade e na bagagem que esses jovens carregam, com apenas cópias de lição, o uso de cartilhas, livros infantis, tarefas criadas, sem a participação dos jovens adultos, sem que eles possam mostrar ou botar para fora todos os seus conhecimentos, trazidos das suas próprias experiências, esse ensino vai continuar sendo apenas histórias que só alienam, com métodos que não levam em conta a lógica de quem aprende (FUK, 1994, p. 14 e 15).

As cartilhas não consideram a peculiar lógica do desenvolvimento cognitivo do aluno, apoiando-se tão-somente na lógica do sistema de escrita de ensinar (FUCK, 1994, p. 14).

A tarefa do professor deve ser a de um comunicador, mas do que a de ser um alfabetizador, visando às necessidades dos alunos, tomando consciência do seu papel de animador, e promover o interesse dos alunos a expressarem-se criticamente em sociedade. Sua proposta educativa para a linguagem de Jovens e Adultos baseia-se no processo de desenvolvimento de percepção e expressão da pessoa.

A iniciação à leitura-escrita do idioma e seu lento uso posteriormente, como também o descobrimento e desenvolvimento de outras linguagens usadas pelo o homem é alcançada através do autodesenvolvimento de uma maior confiança, segurança, e domínio próprio para assumir sua liberdade e ser protagonista de sua própria história. Devemos desenvolver consciências capazes de perceber a injustiça, denunciar a corrupção humana e expressar atitudes de uma nova geração. A nova geração não tem consciência que o valioso do trabalho é motivar nos jovens a sua conscientização (FERREYRA, 1998).

Um professor ao exibir um vídeo educativo a seus alunos deve deixar os alunos primeiramente falar, deixando com isso que cheguem a suas próprias construções do conhecimento. Com análises críticas guiadas pelo professor, eles conseguirão formar sua própria conclusão. Segundo Ferreyra, (1998, p. 98):

Desenvolver no adulto a leitura escrita, ajudando-o a descobrir seu próprio potencial de leitor-escritor que possui por pertencer a uma sociedade onde a cultura alfabética emerge dos meios de informação e dos objetos que o rodeiam, privilegiando os do próprio folclore.

O papel do professor é determinante para evitar situações de novo fracasso escolar. Um caminho seguro para diminuir esse sentimento de insegurança

é valorizar os saberes que os alunos trazem para a sala de aula, sua bagagem cultural, suas habilidades profissionais, pois isso trará o resgate da autoimagem positiva, ampliando sua autoestima e fortalecendo sua confiança.

Uma característica frequente dos alunos é sua baixa autoestima, muitas vezes reforçada pelas situações de fracasso escolar. A sua eventual passagem pela escola, muitas vezes foi marcada pela exclusão e/ou pelo insucesso escolar. Esse fracasso escolar tem também outros pontos importantes, por exemplo, forma como o aluno interage com o ambiente escolar, modo como estabelece relações com o saber e com o aprender, seu relacionamento com os professores e com colegas, suas relações familiares e os vínculos que constrói com o conhecimento.

Em relação à escola, os motivos são o modelo pedagógico, perfil dos professores, falta de material, dentre outros.

3.CONCLUSÃO

De acordo com Soares (2002), durante o período entre 1964 e 1985, foi revelado que o Estado procurava introduzir a utilização de tecnologias como meio de solução para os problemas da Educação. Ao voltarem às salas de aula, os alunos da EJA enfrentam várias dificuldades, como preconceito, vergonha, discriminação, críticas, e sentem-se inferiorizados e fragilizados, por uma sociedade preconceituosa e os descasos das autoridades na valorização e empenho para mudar o quadro nessa modalidade de ensino. Devemos desenvolver consciências capazes de perceber a injustiça, denunciar a corrupção humana e expressar atitudes de uma nova geração. A nova geração não tem consciência que o valioso do trabalho é motivar nos jovens a sua conscientização (FERREYRA, 1998).

Por meio de pesquisas recentes, se detectaram que os problemas da educação de jovens adultos (EJA) não são somente do poder público, mas sim de um conjunto como um todo, como governo, escola, sociedade e também da família. Portanto, se a família assumir o seu papel de família, orientando seus filhos com lições de cidadania e a sociedade por sua vez fizer a sua parte, exigindo das autoridades os seus direitos de cidadão, como: educação igualitária para todos; capacitação dos professores; transporte; material didático; saúde pública; moradia digna; emprego para os chefes de família, combatendo a extrema pobreza; saneamento básico; segurança pública; e capacitação para o trabalho, isso faria

com que esses jovens saíssem da ociosidade, das drogas, do álcool, da prostituição e voltassem para as salas de aula.

Assim, com a participação de todos em geral, teremos jovens saudáveis, com desejo e empenho de voltar para sala da EJA, conscientes dos seus direitos e deveres, competência e formação para o trabalho, para que possam exercer o seu dever de cidadão na sociedade e para sua vida a fora.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. **Educação de Jovens e Adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

ARPINI, Dorian Mônica *et. al.* **A rua e suas diferentes representações na percepção de jovens em situação de rua**. Campinas, SP: ETD, 2010.

ASSIS, Simone Gonçalves. **Traçando caminhos em uma sociedade violenta: a vida de jovens infratores e de seus irmãos não infratores**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999.

BOLSA FAMÍLIA e a evasão escolar. 2012. Disponível em: <<http://www.trabalhosfeitos.com/ensaios/Bolsa-Familia-e-Evas%C3%A3%Escolar/407341.htm>>. Acesso em: 04/10/2014.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **LDB passo a passo**. São Paulo: Avercamp, 2005.

CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia**. 13. ed. São Paulo: Ática, 2003.

DIÓGENES, Glória. **Cartografias da cultura e da violência – gangues, galeras e o movimento hip hop**. São Paulo: Annablume, 1998.

FERREYRA, Norberto Erasmo. **A Linguagem Oral na Educação de Adultos**. Porto Alegre: Editora Artmed 1998.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Tradução de Moacir Gadotti e Lillian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FUCK, Irene Terezinha. **Alfabetização de Adultos: Relato de uma experiência construtivista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

LAY-ANG, Giorgia. **A Gravidez na Adolescência**. 2014. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/biologia/gravidez-adolescencia.htm>>. Acesso em: 04/10/2014.

LEMOS, Mirian; GIUGLIANI, Silvia. Educação social de rua. In. PAICA, Rua (Org). **Meninos e meninas em situação de rua**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 2002.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Agenda da família**. Brasília: 2010.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Analfabetismo funcional (verbete). **Dicionário Interativo da Educação Brasileira** - Educa Brasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002. Disponível em: <<http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=132>>. Acesso em 09/09/2014.

PASA, Graciela Gema. As Drogas e o Ambiente Escolar. **Revista Digital Multidisciplinar do Ministério Público**, Rio Grande do Sul, n. 4, 2011. Disponível em: <http://www.mprs.mp.br/areas/infancia/arquivos/revista_digital/numero_04/revista_digital_ed_04_2.pdf>. Acesso em: 02/10/2014.

PRIETO, Andréa Cristina Sória. **Analfabetismo funcional**: uma triste realidade de nosso país. 2006. Disponível em: <<http://www.planetaeducacao.com.br/portal/artigo.asp?Artigo=700>>. Acesso em: 09/09/2014.

RIZZINI, Irene. **Vida nas ruas**: crianças e adolescentes nas ruas. Rio de Janeiro: Editora PUC, 2003.

SILVA, Andréia Maciel da. **Educação De Jovens E Adultos (EJA) No Brasil**. 2009. Disponível em: <<http://www.artigonal.com/educacao-artigos/educacao-de-jovens-e-adultos-eja-no-brasil-1046328.html>>. Acesso em: 02/10/2014.

SOARES, Leôncio José Gomes. **Diretrizes Curriculares Nacionais**. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2002.

VENTURA, Jaqueline P. **Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores no Brasil**: revendo algum marcos histórico. Disponível em: <<http://www.uff.br/ejatrabalhadores/artigo-01.htm>>. Acesso em: 05/10/2014.

ZALUAR, Alba (Org.). **Drogas e cidadania**: repressão ou redução de riscos. São Paulo: Brasiliense, 1994.